

SIMULADO **2ª FASE**

XXVII EXAME DE ORDEM DA OAB

DIREITO PENAL



Estratégia
OAB

1	PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL.....	2
2	QUESTÕES DISCURSIVAS	3
2.1	<i>Questão 1</i>	3
2.2	<i>Questão 2</i>	3
2.3	<i>Questão 3</i>	4
2.4	<i>Questão 4</i>	4

1 PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

No dia 10.06.2018, Lucas, nascido em 16.05.1998, primário e de bons antecedentes, abordou Maria quando esta caminhava de volta para casa, ao final de um longo dia de trabalho, na rua Visconde de Pirajá, Ipanema, cidade do Rio de Janeiro. Na oportunidade, Lucas desferiu uma facada em Maria, exigindo que esta entregasse o celular, caso contrário, sofreria as consequências.

Maria, atordoada pela lesão sofrida, implora a Lucas para que este não leve seu único aparelho celular, pois ainda está pagando por ele. Lucas, ao perceber que Maria, de fato, é pessoa pobre, se arrepende do que fez e vai embora sem nada levar.

Maria comparece à delegacia minutos depois e narra o ocorrido, oportunidade na qual realiza exame de corpo de delito, no qual se constata a ocorrência de lesão de natureza gravíssima, por conta de deformidade permanente na mão direita, em razão da agressão sofrida. Paralelamente, Lucas foi encontrado por policiais militares que faziam a ronda na região, tendo sido preso em flagrante, de posse da faca utilizada. Em audiência de custódia, foi concedida liberdade provisória a Lucas, por ser primário, de bons antecedentes, e por não haver qualquer fundamento para a decretação da prisão preventiva.

O MP ofereceu denúncia em face de Lucas pela prática do crime de roubo qualificado na modalidade tentada (art. 157, §3º, I c/c art. 14, II do CP), em 30.06.2018, tendo a denúncia sido recebida em 08.07.2018.

Devidamente citado por meio de mandado, Lucas não apresentou defesa, tendo sido a Defensoria Pública nomeada para patrocinar a causa. A DP apresentou resposta à acusação no prazo oportuno.

Na audiência de instrução e julgamento foram ouvidas duas testemunhas arroladas pela acusação, que comprovaram a ocorrência dos fatos, inclusive a ocorrência das lesões, corroborando o que constava no laudo de exame pericial já juntado aos autos, bem como foi ouvida a vítima, que reiterou os fatos narrados em sede policial. O réu, em seu interrogatório, confirmou ter praticado o ato, mas só o fez porque estava alterado em razão do excesso na ingestão do álcool, pois acabara de sair de uma festa regada a muita cerveja.

Finalizada a instrução, o Juízo abriu vistas ao MP, que, em sua manifestação final, pugnou pela condenação, nos termos da denúncia, bem como a aplicação da agravante da embriaguez preordenada.

Lucas, após a manifestação do MP, desconstitui a defensoria pública e procura você, advogado, para que assuma a defesa. A defesa é intimada em 15.10.2018 para se manifestar.

Atento ao caso narrado, e apenas considerando as contidas no texto (de forma expressa ou implícita), redija a peça cabível, datando-a do último dia do prazo.

2 QUESTÕES DISCURSIVAS

2.1 QUESTÃO 1

Pedro, primário e de bons antecedentes, é casado com Joana há 15 anos, residindo ambos em Petrópolis/RJ.

Em julho de 2018, Pedro começa a suspeitar que Joana o estaria traindo. A partir daí, Pedro e Joana passam a se desentender quase que diariamente, embora Pedro jamais tivesse agredido fisicamente sua esposa.

Em novembro de 2018, todavia, Pedro descobre que Joana estava se encontrando secretamente com Paulo, um antigo namorado, pois encontrou conversas entre os dois num aplicativo de mensagens instantâneas por celular. Enfurecido, Pedro, se dirige até o local de trabalho de sua esposa, que fica na mesma cidade em que residem, e dispara contra esta. Todavia, acaba atingindo Ricardo, colega de trabalho de Joana. Ricardo é transferido para um Hospital na cidade do Rio de Janeiro, onde vem a óbito dois dias depois. Joana não sofre qualquer lesão.

A partir do texto acima, responda de forma fundamentada:

- a) Qual a tipificação da conduta de Bruno? Qual a espécie de erro que ocorreu no caso em tela? **(0,6 pontos)**
- b) Qual é o juízo competente para processar e julgar o delito? **(0,65 pontos)**

2.2 QUESTÃO 2

Tiago foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de roubo simples consumado (art. 157 do CP).

Durante a audiência de instrução e julgamento, o magistrado não alerta o réu sobre seu direito ao silêncio, alertando-o, na verdade, de que deverá falar a verdade em Juízo, sob pena de cometer falso testemunho. O réu não responde a nenhuma das perguntas do Juízo. Encerrada a instrução, o Juiz profere sentença em audiência, condenando o acusado com base no fato de este ter ficado em silêncio durante o interrogatório, o que seria um indicativo de culpa.

Ao fixar a pena, o magistrado eleva a pena-base ao argumento de que o acusado é portador de maus antecedentes, já que possui diversos inquéritos e processos criminais tramitando contra ele.

Atento ao fato narrado, e somente às informações contidas no texto, responda de forma fundamentada aos seguintes tópicos:

- a) Qual a medida cabível para impugnar a decisão? Fundamente. **(0,60 pontos)**
- b) Foi correta a conduta do magistrado no que tange ao direito silêncio e no que tange aos maus antecedentes? **(0,65 pontos)**

2.3 QUESTÃO 3

Fernando foi denunciado pela prática do crime de homicídio doloso consumado qualificado pelo motivo fútil, pois teria, dolosamente, espancado Mário até a morte, por conta de uma discussão envolvendo futebol.

Durante a instrução, as testemunhas afirmam que viram quando Fernando e Mário começaram a discutir, afirmando, ainda, que Fernando, de fato, havia dado um soco no rosto de Mário, que caiu batendo com a cabeça no chão. As testemunhas afirmaram, ainda, que Fernando, ao perceber o resultado de sua conduta, fugiu do local.

Interrogado, Fernando disse apenas que não tinha intenção de matar a vítima, e que sua intenção era a de apenas lesionar.

Consta nos autos, ainda, o laudo de exame cadavérico atestando a materialidade delitiva.

O Juízo, então, pronuncia Fernando nos termos da denúncia.

Atento ao fato narrado, e somente às informações contidas no texto, responda de forma fundamentada aos seguintes tópicos:

- a) Qual a medida cabível para impugnar a decisão? Fundamente. **(0,60 pontos)**
- b) Qual o fundamento de direito penal deve ser sustentado pela defesa de Fernando para reverter a decisão? Caso consiga reverter a decisão, qual será a consequência jurídica? **(0,65 pontos)**

2.4 QUESTÃO 4

Jonas foi vítima de um crime de roubo (art. 157 do CP), em tese praticado por Pedro. Ao final das investigações, recebidos os autos do IP, o Ministério Público, dentro do prazo legal, envia ao Juízo promoção de arquivamento do inquérito policial, sustentando que, embora haja prova da materialidade delitiva, não há indícios suficientes de autoria, não havendo, portanto, base para a denúncia.

Jonas, irresignado, procura você, advogado, para que sejam prestados esclarecimentos sobre o caso.

Com base nestas informações, responda aos seguintes questionamentos de Jonas:

a) Como não foi ajuizada a denúncia no prazo legal, é cabível o ajuizamento da ação penal privada subsidiária da pública? Fundamente. **(0,60 pontos)**

b) O arquivamento do inquérito policial impede a retomada futura das investigações? **(0,65 pontos)**